



Câmara Municipal do Recife

COMISSÃO DE SAÚDE

Origem: Poder Executivo

Autoria: Ver. Ana Lúcia

Relatoria: Vereadora Natália de Menudo

PARECER CS Nº 9/2024 AO PLO Nº 38/2023

Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 38/2023, que institui o “Selo Escola Amiga da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, no âmbito do município do Recife.

Pela Aprovação.

HISTÓRICO

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei Ordinária n.º 38/2023, de autoria da ver. Ana Lúcia, para análise e parecer.

A matéria visa instituir o “Selo Escola Amiga da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, no âmbito do município do Recife.

PARECER DO RELATOR

Tendo em vista o disposto no art. 112, IV e 116 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, cabe a esta Comissão de Saúde se pronunciar a respeito das matérias ora objetos desta análise técnica, *in verbis*:

Regimento Interno



Art. 112. As Comissões Permanentes da Câmara Municipal do Recife são as seguintes:

... IV - Comissão de Saúde; ...”

”Art. 116. Compete à Comissão de Saúde, especificamente, opinar, no mérito, sobre proposições ou quaisquer matérias que tratem de:...”

O projeto atende ao disposto do art. 26 da Lei Orgânica do Recife e 247 do Regimento Interno da Casa, sobretudo por explicitar a competência legal da Câmara para votar matéria desta natureza, in *verbis*:

Lei Orgânica do Recife

”Art. 26 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, observado o disposto nesta Lei Orgânica.”

Regimento Interno

”Art. 247. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, observado o disposto na Lei Orgânica do Município do Recife.”

A competência legislativa reservada aos municípios abarca o teor trazido no bojo da matéria, sobretudo quando se tratar de



assunto de interesse local e que proporcionará uma gestão pública com mais eficiência, como também o que dispõe o inciso XI, art. 2º do art. 79 da Lei Orgânica do Recife, quando trata da competência municipal para tratar de assunto dessa natureza:

Lei Orgânica do Recife

"Art. 30. Compete aos Municípios:

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;"
Regimento Interno*

"Art. 6º - Compete ao Município: I - legislar sobre assuntos de interesse local;"

No que tange aos aspectos técnicos, a propositura traz alguns dispositivos que atribuem ao Poder Executivo certas obrigações, contudo, cabe a esse Colegiado se pronunciar quanto ao mérito da proposta.

Quanto ao mérito, não há qualquer óbice que possa macular o andamento da propositura, razão pela qual opino pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei Ordinária nº 38/2023, de autoria da ver. Ana Lúcia.**

CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto explícito nas considerações do relator, somos pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei Ordinária nº 38/2023, de autoria da ver. Ana Lúcia.**

Sala das Comissões, 01 de abril de 2024.

Vereadora NATÁLIA DE MENUDO

Presidente
Relatora



Ver. TADEU CALHEIROS

Vice

Ver. WILTON BRITO

Ver. PAULO MUNIZ

Ver. FELIPE FRANCISMAR

PARECER CS Nº 9/2024 AO PLO Nº 38/2023 - Recebido em 10/04/2024 14:22:46 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por Natália Rayane Couto Barbosa e outros
Para validar o documento, leia o código QR ou acesse https://e-processo.recife.pe.leg.br/confirir_assinatura e informe o código 4158-9F0A-9D16-E2FA.

